

## O ORIENTE MÉDIO E A ÁSIA CENTRAL APÓS A GUERRA FRIA

Paulo Fagundes Visentini

### O pós-Guerra Fria: a Guerra do Golfo e o processo de paz Israel-OLP

Essas novas tendências deixaram a OLP e os movimentos e Estados reformistas em situação difícil. Em agosto de 1988 era assinado o cessar-fogo entre Iraque e Irã, países fortemente militarizados, mas em terrível situação econômica, e que deixaram de ter interesse para os Estados que antes alimentaram o conflito entre ambos. Em fevereiro de 1989, por sua vez, o exército soviético completou sua retirada do Afeganistão e, no segundo semestre deste mesmo ano, ruíram os regimes socialistas do leste europeu, enquanto a própria URSS perdia seu papel de grande potência, tornando-se ainda mais caudatária da diplomacia da Casa Branca. Logo, à falta de opções diplomáticas de regimes como Argélia, Líbia, Iraque e Irã, viriam somar-se os crescentes problemas econômicos ocasionados pela redução do preço do petróleo, do qual o Kuwait era um dos articuladores.

Um semestre após o Presidente Bush haver proclamado o início de uma Nova Ordem Mundial de paz, democracia e prosperidade, e Fukuyama ter anunciado “o fim da história”, eclode uma crise diplomática de grande magnitude. Em 2 de agosto de 1990, o Iraque, mergulhado na crise interna, abandonado pelas petromonarquias (suas ex-aliadas contra o Irã) e discretamente avalizado pelos EUA (cuja estratégia agora se baseava nos *conflitos de média intensidade*), invade o Kuwait. Este país possuía litígios fronteiriços com o Iraque, negava apoio financeiro à reconstrução do antigo “protetor”, manifestava o desejo de cobrar a dívida contraída por Bagdá na guerra contra o Irã (encerrada em agosto de 1988), e ainda manobrava na OPEP para reduzir o preço do petróleo. A ação foi condenada unanimemente pelo Conselho de Segurança da ONU, que decretou medidas como embargo econômico e envio de tropas à região com uma rapidez nunca vista, mostrando que Saddam havia caído numa armadilha, e evidenciando o poder e a determinação dos EUA.

Em 15 Janeiro de 1991, os americanos e seus aliados atacam violentamente o Iraque, um país totalmente isolado há meio ano, destruindo-o por completo. Enquanto o trabalho de cobertura jornalística da guerra era censurado, a rede de televisão CNN colaborava com a Casa Branca apresentando uma visão oficiosa do conflito, que era mostrado como um grande show tecnológico sem sangue, constituindo-se num caso de manipulação dos fatos raramente visto. Além dos objetivos militares, os EUA atacaram maciçamente alvos civis e destruíram completamente a infra-estrutura do país, evidenciando que o próprio modelo de desenvolvimento do Iraque deveria ser eliminado. Saddam tentou provocar Israel a entrar na guerra lançando mísseis *Scud*, com o objetivo de dividir a coalizão adversária e de legitimar seu discurso, mas não teve sucesso. Quando iniciava a retirada de suas tropas do Kuwait (em meio ao incêndio de poços de petróleo), os americanos iniciaram a ofensiva terrestre, inclusive contra o território iraquiano, num gesto que extrapolava o mandato do Conselho de Segurança da ONU (tal como fizeram quarenta anos antes na Coreia). Neste momento, países europeus e árabes da coalizão, bem como a URSS, opuseram-se ao avanço, que se deteve no sul do Iraque.

Saddam Hussein, entretanto, manteve-se no poder e derrotou as revoltas curdas no norte e xiitas no sul, embora o Iraque tenha continuado isolado pelo embargo internacional por muitos anos, com o objetivo de evitar a reconstrução do

país, justificar a presença militar na região e impedir que Bagdá voltasse ao mercado do petróleo. Esta situação deixou campo livre para as petromonarquias tentarem impor uma nova ordem regional, apoiada no Eixo Riad-Cairo-Washington. A importância do petróleo e das finanças árabes constitui um importante elemento para a recuperação da competitividade da economia americana, o que levou os Republicanos a pressionar Israel a negociar um amplo processo de paz com a OLP e os vizinhos árabes. Com o fim da ameaça representada pela URSS e pelos regimes reformistas árabes inimigos do Ocidente e das petromonarquias, Israel perdeu grande parte de sua importância estratégica.

As petromonarquias, por sua vez, com seus regimes ditatoriais, repressivos, socialmente retrógrados e economicamente excludentes, conscientizaram-se, com a guerra, de sua fragilidade estrutural. Não deixa de ser irônica a eclosão de manifestações dos kuwaitianos, após a expulsão dos iraquianos, pedindo democracia e melhor distribuição de renda. Além disso, Israel, os países árabes conservadores e as potências ocidentais passaram a preocupar-se cada vez mais com a ascensão dos grupos fundamentalistas islâmicos, a “maré verde”, que ameaçava inclusive a OLP. Este fenômeno está ligado à frustração política dos árabes e ao padecimento social da população com as crescentes dificuldades econômicas, e a questão palestina constitui um dos pivôs destes problemas.

A Segunda Guerra do Golfo deixou algumas lições importantes. A ausência da bipolaridade da Guerra Fria fez com que os conflitos regionais extrapolassem seus limites anteriores. Em segundo lugar, tornou-se evidente a dicotomia existente entre poder militar e econômico na nova ordem mundial, revelando novas nuances da estratégia norte-americana. Em terceiro lugar, o *affair* Iraque vs. Kuwait revelou a fragilidade externa e a artificialidade das petromonarquias do Golfo. A OLP, por seu turno, ficou numa situação difícil, devido a seu apoio ao perdedor. Finalmente, grandes contingentes e importantes bases americanas foram estabelecidas no Golfo, configurando-se uma espécie de “intervenção permanente” na região, a pretexto de combater um fantasmagórico poder residual do Iraque.

Este contexto de crise e vácuos de poder passou a preocupar Washington cada vez mais, visando impedir o renascimento russo, após a desintegração da URSS no em dezembro de 1991, e também conter as potências médias e regionais. A Casa Branca parece determinada a controlar o islamismo como movimento político capaz de aglutinar ou de servir de inspiração a forças de libertação nacional ou movimentos sociais, também alterando sua política para Israel. Os EUA necessitavam integrar o Oriente Médio na Globalização, pois os países do Golfo possuem uma das maiores concentrações de capital do mundo, com recursos necessários para investimentos nos países do Atlântico Norte. Para isso era necessário impulsionar a paz entre Israel e seus vizinhos, através de uma satisfação ao nacionalismo palestino. Israel constitui uma espécie de “cidade-Estado” globalizada que pode servir de base para a inserção da economia da região no mundo. Assim, Bush (pai) forçou as conversações de Madrid entre Israel e a OLP, mas a resistência foi imensa.

A eleição do Democrata Bill Clinton não trouxe os resultados esperados por Israel, pois o presidente norte-americano teve de responder aos mesmos problemas de seu antecessor, que continuaram a se agravar. Não havia mais condições de subsidiar Israel como no passado. Além disso, no Estado judaico cresciam os movimentos pela paz desde o início da *Intifada*. Pior ainda, soldados, policiais ou colonos israelenses começaram a ser mortos em razoável quantidade no sul do Líbano e nos territórios ocupados. A faixa de Gaza, particularmente, como bolsão de miséria demograficamente concentrada, começou a tornar-se um fardo para as forças de

segurança israelenses. Grande parte da opinião pública israelense começou a cansar-se dos argumentos simplistas e maniqueístas da extrema-direita e de todos aqueles que desejam a *Eretz Israel* a qualquer preço. Mesmo alguns militares começam a argumentar que a obtenção de uma paz geral e duradoura vale mais que alguns quilômetros quadrados de terra.

A OLP, por seu turno, conhecia crescentes dificuldades. Desde 1982 sua direção política encontrava-se longe das frentes de luta, parte de seus quadros dirigentes foram recentemente assassinados, a *Intifada* criara uma realidade no interior dos territórios ocupados que não era controlada pela direção, seus aliados desapareceram, as petromonarquias haviam cancelado a maior parte da ajuda financeira ao movimento e expulsado a maioria dos trabalhadores palestinos (como castigo pelo apoio ao Iraque durante a guerra) e, finalmente, o movimento islâmico *Hammas* (que não integra a OLP) ganhava espaço rapidamente nos territórios ocupados. Foi então que Yasser Arafat, conhecido como “o homem das sete vidas”, começa a aparecer aos olhos do governo israelense, como já anteriormente para os EUA, como um interlocutor válido. A própria OLP, hegemonizada pelo grupo centrista *Fatah*, buscava adequar-se à estratégia do Eixo Cairo-Riad.

Sob a mediação dos Estados Unidos e sediados na Noruega (à Europa também interessa um Oriente Médio pacificado e articulado a seu espaço econômico), iniciam-se as conversações secretas entre Israel e OLP, que culminaram na assinatura em Washington de um surpreendente acordo de paz em setembro de 1993. Segundo esse (conhecido como Oslo I), Israel e OLP reconhecem-se mutuamente, e os palestinos recebem o controle da maior parte da problemática faixa de Gaza (754.000 hab.) e da pequena cidade de Jericó (25.000 hab.) na Cisjordânia, na qual Arafat se estabelecerá. Nos quatro meses seguintes Israel deveria retirar suas tropas destas áreas, cujo controle passaria a ser feito por uma polícia palestina formada pela OLP, respeitando critérios e condições de segurança ditados por Tel Aviv.

Estas condições foram cumpridas, embora com certo atraso. Foi também estabelecida a Autoridade Nacional Palestina (ANP, na verdade um proto-Estado) e eleito um conselho Palestino para administrar os territórios. À ANP coube a responsabilidade pela polícia, serviços e agências de bem-estar social, enquanto a política externa e a defesa permanecem nas mãos de Israel. Em 1994, Israel e Jordânia estabeleceram relações diplomáticas, reconhecendo-se mutuamente e assinando um acordo de paz, e, em 1995, foi assinado o Acordo de Oslo II, que estabelecia a transferência à ANP de outras cidades da Cisjordânia, com maciça presença palestina. Mas estes territórios não possuem continuidade geográfica, constituindo verdadeiras ilhas cercadas pelas tropas israelenses, que apenas se desincumbiram da segurança de zonas mais críticas. Arafat ficou com a difícil e delicada tarefa de reprimir seus próprios conterrâneos, particularmente os grupos de esquerda e os islâmicos, que se opuseram ao acordo. Apesar das dificuldades, atrasos e divergências, Rabin honrou o acordo. A questão de Jerusalém Oriental (muçulmana), do retorno dos refugiados palestinos e do estabelecimento de um Estado palestino realmente independente, constituíram questões difíceis de resolver.

Contudo, em novembro de 1995 um estudante judeu, integrante de um dos partidos israelenses de extrema-direita, assassinou o Primeiro-Ministro Rabin com surpreendente facilidade, o que certamente não constituiu um ato pessoal e isolado. O sucessor Shimon Peres não teve mais base política suficiente para prosseguir no processo de paz, e perdeu as eleições para Nethanyahu por menos de 1%. O novo Primeiro-Ministro bloqueou o processo de paz, fazendo uso do medo para sustentar sua posição.

Apesar dos impasses, e do radicalismo de ambos os lados que ainda permanece e trará consequências graves para a reversão destas conquistas no início da década seguinte, o acordo abriu *um processo de construção da paz* entre Israel e os países árabes. A história de longa duração mostra-nos que se árabes e judeus conheceram algumas décadas de rivalidades, também viveram séculos harmonicamente. A história do Oriente Médio é longa e constitui uma unidade, da qual o conflito judaico palestino é apenas um episódio, ainda que importante e doloroso. Trata-se, contudo, de um processo longo e de inúmeras reviravoltas.

Mesmo com a ocorrência de vários atritos com os EUA, Nethanyahu conseguiu articular um acordo de defesa com a Turquia, implicitamente voltado contra os países árabes. Contudo, foi obrigado a assinar o Acordo de *Wye Plantation* com a OLP, por pressão americana, prevendo a retirada israelense de 11% do território da Cisjordânia. Além disso, no sul do Líbano, o exército israelense sofria constantes perdas em sua luta contra a guerrilha do Hezbollah.

Tal situação, aliada à crise econômica de Israel, levou à vitória dos trabalhistas, em maio de 1999, e à nomeação de Ehud Barak como primeiro-ministro, com o compromisso de retirar-se da zona ocupada do sul do Líbano (já concretizada) e de retomar as negociações de paz com os palestinos. O processo de paz foi retomado por Barak sob forte impulso norte-americano, intensificado a medida em que se aproximavam as eleições nos EUA. Após inúmeros impasses e endurecimento da posição de Arafat, o primeiro ministro cogitou, pela primeira vez, em compartilhar a

administração da parte leste de Jerusalém.

Na esteira dos acontecimentos, a provocação do general Sharon (visita à esplanada das mesquitas, em 28 de setembro de 2001), desencadeia uma onda de violência - *a segunda Intifada*. Esse gesto teve o objetivo de bloquear o processo de paz e recompor o governo israelense com a presença dos conservadores. Do lado palestino, a estratégia tem sido a de criar insegurança aos colonos israelenses nos territórios ocupados, bem como às tropas de ocupação, através da ação de franco-atiradores e tiros de morteiro. A ação de grupos contrários ao processo de paz e à ANP, como o Hammas, que promove atentados suicidas em Israel ou postos militares, e que independe da coordenação de Arafat, acabam complementando, indiretamente este cenário de instabilidade.

Como resultado, o Likud, liderado por Sharon, conhecido por seu ímpeto belicista, ganhou as eleições de forma esmagadora. Este novo ciclo de violência legitimou as reações dos conservadores israelenses, que passaram a pressionar mais diretamente a ANP, destruindo o embrião de Estado existente e a minar a liderança desgastada de Arafat. Por outro lado, a reorientação da política externa dos EUA para um perfil mais unilateral e agressivo com a nova presidência republicana de Bush filho somente favoreceu estas ações de Sharon.

Bombardeios aéreos ao Iraque marcaram a chegada da nova administração ao poder. O décimo aniversário da libertação do Kuwait coincidiu com quase onze anos de embargo ao Iraque, o que apenas reforçou o poder de Saddam e constitui um precedente juridicamente perigoso. Também foi aplicado à Líbia, Iugoslávia, Coreia do Norte e Irã, geralmente a partir de justificativas bastante discutíveis, vulgarizando o emprego de um recurso excepcional, que somente é utilizado contra os inimigos, ou *rough states*, e nunca contra aliados, como a Turquia na questão curda. A maioria destes países estava normalizando suas relações com Washington, restando apenas o Iraque, que servia de suporte para outros temas estratégicos para os EUA como o fundamentalismo islâmico que ganhava notoriedade política, passando a pesar no jogo internacional.

O cenário da globalização e de aprofundamento de crise econômica favoreceu o avanço do fundamentalismo, além do Irã. Como no resto do mundo, na falta de outras alternativas, as formas atávicas começam a constituir uma via política própria e influente. O desenraizamento e o desespero das populações criam um espaço fecundo para o fundamentalismo islâmico, que evolui e diversifica-se, avançando na esteira da inviabilização de outros grupos e projetos sócio-políticos. Depois de prestar certos serviços às forças conservadoras do Oriente Médio, o fundamentalismo começa a ultrapassar seus limites iniciais.

O fundamentalismo islâmico também passou a ganhar terreno em outros países da região, inclusive dentro do movimento palestino, até então essencialmente nacional e laico. As ações, por vezes espetaculares, do *Hezbollah* (Partido de Deus, dos xiitas libaneses) no sul do Líbano e os atentados do *Hammam* (movimento islâmico palestino) nos territórios ocupados catalisam a atenção de uma população desesperada pela repressão, pobreza e avanço das colônias judaicas. É importante acrescentar, entretanto, que a indefinição, ou melhor, o caráter vago da ideologia e o programa de ação política do fundamentalismo islâmico, mantém aberta a porta da influência dos grupos conservadores e economicamente dominantes do mundo árabe.

Também é conveniente salientar que em Israel, igualmente desenvolve-se e radicaliza-se rapidamente um fundamentalismo judaico, expresso pelos partidos religiosos e organizações secretas, que procuram moldar a vida social do país com um perfil religioso, pregam a intransigência contra os árabes, atacam o processo de paz e defendem a criação de uma *Eretz Israel* (Grande Israel). Parece que a implantação de corte Ocidental que as comunidades judaicas vindas da Europa trouxeram para o Oriente Médio, longe de modernizar a região, tem sido por ela influenciada em sentido retrógrado. Um dos fatores que contribuiu para isto foi a imigração de judeus sefarditas oriundos dos países árabes após a guerra de 1967, socialmente em posição de inferioridade e majoritariamente eleitores da direita.

## **6. A Ásia central, a guerra ao terrorismo e a nova geopolítica do petróleo**

Na região, o Irã tornou-se alvo das pressões ocidentais, enquanto o país procurava apoio para seu projeto nuclear. De qualquer maneira, o processo de paz traz implícita a integração econômica da região, a qual permitirá o estabelecimento de uma maior estabilidade social e diplomática, bem como a inserção internacional menos onerosa desta área no processo de globalização econômica em curso. Tanto aqui como no Oriente Médio, os conflitos regionais conduziam à radicalização social, à instabilidade diplomática e aos excessivos gastos em defesa e segurança, os quais foram consumindo as riquezas locais, obrigando o Ocidente a auxiliar economicamente estas regiões. O esfacelamento da URSS e o agravamento da situação no Afeganistão com o fortalecimento das forças fundamentalistas também eram complicadores adicionais.

A nova Rússia não possuía um papel internacional destacado semelhante à antiga URSS, reforçando-se a posição de Washington. Por outro lado, as independências das Repúblicas de população majoritariamente islâmica na Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão) e Cáucaso (Azerbaijão) ampliaram o *hinterland* do Oriente Médio e sua área de instabilidade. Nessa região, na época soviética houve uma significativa urbanização, industrialização, criação de infra-estrutura de transporte e comunicação, escolarização massiva e estabelecimento de universidades, desenvolvimento da saúde, emancipação de jovens e mulheres, sedentarização de nômades, irrigação e expansão da agricultura.

A introdução da agricultura nas chamadas “terras virgens” ao norte das estepes cazaques e a industrialização em todas essas repúblicas fizeram com que grandes contingentes de russos e ucranianos se estabelecessem na Ásia central, as vezes superando a população nativa numericamente. O islã manteve-se mais como aspecto cultural do que como religião propriamente dita. É importante ressaltar que as repúblicas da Ásia central, durante a *Perestroika* e a desagregação da federação, lutaram pela manutenção da URSS, sentindo-se extremamente vulneráveis com uma independência indesejada. A maioria dos dirigentes continuou sendo a mesma do período soviético. O Cazaquistão, a maior das repúblicas, e o Tadjiquistão mantiveram-se vinculados a Moscou e, depois, também o Quirguistão e o Uzbequistão (o mais povoado). Apenas o Turcomenistão e o Azerbaijão, ambos vizinhos do Irã, se afastaram decisivamente, aliando-se aos EUA.

Como nunca haviam sido Estados independentes de tipo moderno, houve muitos problemas após a independência, pois questões técnicas eram decididas em Moscou e os países careciam de especialistas em várias áreas, como a diplomacia, além da desorganização espacial da divisão da produção e transportes. Além dos conflitos identitários e da irrupção do fundamentalismo islâmico, especialmente no Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão, a projeção da influência da Turquia, do Irã, do Paquistão e da Arábia Saudita gera instabilidade na região. Os tadjiques são um povo de origem persa e os demais são turcófonos e/ou mongóis. Todos os países integram a Comunidade de Estados Independentes (CEI), sob liderança de Moscou, e o Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão fazem parte da Organização de Cooperação de Xangai, juntamente com a Rússia e a China.

Além da Rússia utilizar as instalações espaciais de Baikonur, que se localizam no Cazaquistão, as jazidas de gás e petróleo, bem como o trajeto dos oleodutos e gasodutos, têm sido disputadas pelas grandes potências, especialmente Rússia, Estados Unidos e China. Isso gerou o chamado Novo Grande Jogo da Ásia Central, que lembra a disputa geopolítica entre os impérios russo e inglês no fim do século XIX. Assim, a região é intensamente disputada, especialmente porque representa o elo de ligação eurasiático entre a Rússia (e através dela a Europa) e a China (e por seu intermédio, todo o oriente asiático), que as potências marítimas (EUA e Grã-Bretanha) desejam impedir que se consolide.

A isto se deve agregar a derrubada do regime socialista afegão em abril de 1992, quando General Rashid Doustou (comandante da milícia uzbeque) passou para o lado da guerrilha devido ao não repasse de recursos, por parte do governo, para os comandantes regionais. O Afeganistão constitui um dos melhores exemplos das persistências dos conflitos periféricos da Guerra Fria com um novo conteúdo. Ironicamente, o regime socialista só foi derrubado meio ano após a desintegração de fato da URSS e quase quatro anos após a retirada das tropas soviéticas. A queda dos comunistas, entretanto, não trouxe paz ao país, mas uma reformulação das alianças em bases étnicas e a intensificação do conflito.

Os partidos fundamentalistas eram apoiados pelo Paquistão e disseminados entre os pushtuns no sul, e enfrentavam os moderados, implantados entre as etnias do norte e controlando a capital Kabul. A guerra prosseguiu, em grande parte, pelo controle da produção e das rotas de exportação das drogas, a nova fonte de financiamento do conflito, neste país que se tornou um dos centros mundiais da produção de ópio e heroína, como também pela abertura de um corredor que permitisse ao Ocidente o acesso ao petróleo da Ásia Central. Com este fim, o Paquistão, com apoio americano e saudita, criou em fins de 1994 a milícia *Talibã* (“estudantes de religião”), que através de

uma ofensiva fulgurante controlou o sul e tomou Kabul em fins de 1996, implantando o regime islâmico mais obscurantista já existente.

No final de 2000 o Republicano George W. Bush foi eleito presidente dos EUA. O novo presidente, pertencente à ala mais radical de seu partido, passou a governar ignorando as organizações internacionais, particularmente a ONU, dentro da visão de que “os EUA venceram a Guerra Fria e necessitam colher os frutos”. Um presidente despreparado, cercado de assessores de linha-dura e ligados a obscuros *lobbies*, começou a reabrir focos de tensão, enquanto abandonava o papel de mediador (tarefa que cabe ao hegêmona) em conflitos como o do Oriente Médio, que mergulhou numa espiral incontida de violência.

Neste contexto, na manhã de 11 de setembro de 2001, terça-feira, aviões de linhas aéreas domésticas americanas foram jogados contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque e contra o Pentágono em Washington, enquanto um quarto, que provavelmente visava a Casa Branca, era abatido. O mais fantástico atentado terrorista da história atingia pela primeira vez o território metropolitano americano, golpeando os maiores símbolos do poder financeiro e militar dos EUA (e do Ocidente).

As evidências apontavam para a organização Al Qaeda, liderada pelo saudita Bin Laden, e para o regime talibã do Afeganistão que lhe dava abrigo. Apoiando-se na comoção mundial e alegando que “quem não está conosco está contra nós”, Bush desencadeou a guerra ao terrorismo, que teve como primeiro alvo o Afeganistão. Invadido e dominado o país em outubro, a presença militar americana espalhou-se pela Ásia central, gerando tensão com os vizinhos (especialmente Rússia, Irã e China), bem como desequilibrando as relações entre Índia e Paquistão. Mas Bin Laden e o *mollah* Omar, líder dos talibãs, não foram encontrados. O Afeganistão passou a ter um governo pró-Ocidental, liderado por Hamid Karzai, com apoio de tropas da OTAN, mas sem os investimentos prometidos para a reconstrução do devastado país.

A hipótese de que os EUA desejavam, em termos geopolíticos, cravar uma cunha entre a Rússia e a China, tende a se confirmar. Um dos objetivos parece ser o de inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, bem como de debilitar a aliança da China com países como Paquistão e Índia e privá-la dos recursos petrolíferos da região, obstaculizando seu crescimento econômico. Por outro lado, a “guerra contra o terrorismo”, instrumentalizada como guerra contra o mundo árabe e islâmico, serviu para inviabilizar qualquer possibilidade de acordo Israel-Palestina, uma vez que a ação dos radicais palestinos se expressa (por vontade deliberada ou falta de opção) sob a forma de atentados terroristas suicidas. Portanto, este problema específico se dilui na agenda anti-terrorista mais geral.

A guerra contra o Iraque, por sua vez, constituiria um eficaz instrumento para isolar e derrotar posteriormente o Irã, país aliado da Rússia e China. Esta guerra também imporia limites à economia européia (que depende do petróleo do Golfo) e debilitaria o Euro, que cresce com a crise econômica americana. Mas a resposta americana, se geopoliticamente eficiente, provou ter efeitos colaterais sérios, pois a instabilidade do Afeganistão é grande e a falta de apoio aos EUA cresceu na Europa, entre seus aliados árabes e junto aos demais membros do Conselho de Segurança. De qualquer maneira, a resposta dada ao 11 de setembro buscava legitimar a guerra como instrumento das relações internacionais. O que é curioso, porque a luta contra o terrorismo só pode ser vencida através da combinação de ação policial, serviços de inteligência e políticas sócio-econômicas destinadas a eliminar as causas do fenômeno, e não através de operações militares convencionais.

Antes e depois do atentado era patente o mal-estar ocidental, em particular norte-americano. Os escândalos que caracterizaram os anos finais do governo Clinton revelam

um confronto interno, que ficou patente na complicada e questionada eleição de Bush, a qual desgastou a imagem da democracia americana. Paralelamente, a economia americana desacelerava seu crescimento e os mercados internacionais e bolsas de valores ingressavam numa era de instabilidade, agravada pelo colapso econômico-financeiro de vários países. Então o século XXI iniciou com um governo fraco e deslegitimado, o que foi agravado por atitudes unilaterais. Em seguida ocorreu o 11 de setembro, chocando e traumatizando a população americana e do Primeiro Mundo, mas dando aos EUA uma nova iniciativa. Seguiram-se medidas de segurança com custos insuportáveis, cerceamento das liberdades civis e um reforço das atitudes belicistas e unilateralistas que não param de surpreender a comunidade internacional. Mas tudo isto deu à administração americana um eixo definido de política externa, embora com crescente resistência mundial, começando por seus próprios aliados.

Apesar do fato de que os focos de tensão são mais numerosos e perigosos que antes, o 11 de setembro foi uma dádiva para a administração Bush, que pôde colocar em marcha seus contraditórios projetos. Baixada a poeira, os atentados terroristas parecem, cada vez mais, com o ataque japonês a Pearl Harbour, só que com sinal invertido. Se aquele ataque à mais afastada guarnição militar americana marcava o início da hegemonia dos EUA no sistema internacional, este atentado ao coração da América pode representar o início de uma tendência oposta.

Ainda durante a guerra no Afeganistão autoridades americanas declararam que outros países representavam uma ameaça à América, devendo ser invadidos, o que inquietou a opinião pública e os meios diplomáticos. Este Eixo do Mal, como definiu o presidente Bush em sua linguagem religiosa, seria integrado pela Líbia, Síria, Irã, Coreia do Norte e, em certa medida, Cuba. Já durante o ano de 2002, a Casa Branca deixou clara sua intenção de atacar o Iraque, que acusava de possuir armas de destruição massiva e de ter conexões com a rede Al Qaeda. Curiosamente, Bagdá estava restabelecendo relações diplomáticas com diversas nações e saindo do embargo, que se tornara insustentável. Para evitar a guerra, a ONU enviou inspetores para confirmar se o referido armamento existia ou não.

No caso do Iraque, apesar dos EUA terem forçado a guerra e haver obtido o apoio de países de segunda linha na Europa (Espanha, Itália e do obediente leste europeu) e do Oriente Médio (Kuwait, Bahrein e Qatar), a estratégia não foi convincente e faltavam recursos financeiros. Mesmo assim, Bush insistiu na guerra, amparado pelos falcões de sua administração como o vice-presidente Dick Cheney, o então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e a Assessora de Segurança Nacional Condolleeza Rice (que, no segundo mandato de Bush passou a ocupar o lugar de Collin Powell no Departamento de Estado). A lógica estratégica por trás da Guerra do Iraque foi sustentada nos princípios lançados em Setembro de 2002 na nova Estratégia de Segurança Nacional, a Doutrina Bush, que dava forma prática ao unilateralismo presente desde a ascensão dos neoconservadores à Casa Branca. Segundo esta Doutrina, os EUA deveriam agir preventivamente contra possíveis ameaças a sua segurança, impedindo a sua emergência. Os custos militares, econômicos e estratégicos e político dessa opção foram, e continuam sendo, significativos.

A França, a Alemanha e a Rússia, com apoio da China (o Eixo da Paz), recusaram-se a aceitar a guerra sem que os inspetores concluíssem as investigações e obtivessem provas. Mesmo nações como Turquia e Arábia Saudita, aliadas americanas, recusavam-se a apoiar um ataque ao Iraque. Percebendo que no Conselho de Segurança seriam derrotados, pois mesmo amigos como México e Chile votariam contra a guerra, os EUA simplesmente desistiram de obter qualquer base jurídica para seu ataque e



resolveram contornar a ONU, agindo unilateralmente. Nem mesmo a OTAN pode ser acionada, pois seu mecanismo foi bloqueado pela ameaça de veto franco-alemão.

Dia 20 de março de 2003 teve início a guerra, com os anglo-americanos encontrando surpreendente resistência nas duas semanas iniciais. Mas em um mês o regime desaparecia e o Iraque era ocupado por tropas anglo-americanas. Mas as ameaças de uma extensão das operações à Síria e ao Irã, tiveram de ser deixadas de lado devido a uma resistência persistente na região central, à qual se somou a permanência dos combates no Afeganistão, dois anos depois deste país haver sido ocupado.

Ações de guerrilha e atentados suicidas criaram um custo inesperado aos EUA. Estes fracassos e dilemas do Iraque demonstram tendências estruturais do sistema que estão tornando os Estados Unidos uma superpotência relativamente dispensável, tanto em termos político-militares como econômicos, ainda que não imediatamente. Se os Estados Unidos estão super-armados como nação, faltam-lhe os meios militares para poder controlar e estabilizar um planeta complexo, densamente povoado e problemático. Mais ainda, os sucessivos governos não têm conseguido criar uma estratégia coerente e, menos ainda, aplicá-la sistematicamente, optando por uma linha de menor resistência, caso a caso. Não podendo manter o controle econômico sobre o Japão e a União Européia, muito menos desarmar ou desagregar a Rússia (única potência com capacidade estratégico-militar equivalente), Washington optou por desenvolver um militarismo teatralizado contra os mais fracos integrantes do Eixo do Mal, os países árabe-muçulmanos, que não possuem capacidade de defesa nem uma potência protetora.

Ao exagerar perigos que não existem na dimensão apregoada, a Casa Branca encontra um campo de conflitos que lhe permite resgatar sua utilidade militar para a comunidade internacional, que ao mesmo tempo assiste a um show de poder que recomenda maior compreensão para com as necessidades da potência "protetora". O problema é que o ritmo e a forma com que esta política está sendo desenvolvida têm produzido o resultado oposto. Em 2007, mesmo tendo sido derrotado nas eleições legislativas, Bush anunciou um aumento de tropas no país (para compensar a retirada dos contingentes de vários países), visando conter a violência, em um movimento oposto ao desejado dentro do Iraque e nos EUA, onde a campanha já levou ao encolhimento dos neoconservadores, permitindo aos democratas lograr avanços no Legislativo, sinalizando possíveis mudanças no jogo de forças interno para as próximas eleições. Mesmo o governo iraquiano, implantado pelos EUA, começa a dar mostras de descontentamento com a política americana, em meio a uma carnificina e confrontos comunitários, que aumentaram ainda mais com o enforcamento de Saddam Hussein em dezembro de 2006. Os Estados Unidos ficaram presos numa contradição: não podem permanecer no Iraque devido aos custos e desgaste, mas não podem se retirar, devido às consequências desestabilizadores regionais e desmoralizantes para sua liderança.

Paralelamente, as ações preventivas americanas criaram outras realidades adversas como a aceleração do programa nuclear iraniano pelo presidente conservador Ahmendinejad, ligado aos conservadores religiosos e que substituiu o moderado e reformista Khatami. A reação do Irã é similar à norte-coreana na Ásia, visando incrementar sua posição defensiva em um cenário desfavorável. No caso do Irã, o petróleo, a coesão interna, o poderio militar e seus laços estratégicos e energéticos com Rússia e China são elementos complicadores para os EUA. Além disso, o Irã tem buscado ao lado de países como a Venezuela, sob a liderança de Hugo Chávez, um caminho autônomo, tentando reativar o Movimento Não-Alinhado.

Os custos da ocupação do Iraque foram qualitativamente maiores que no Afeganistão, onde uma guarnição estabelecida em Cabul e na base aérea de Bagram garante um governo sem poder real, sendo necessário pagar aos chefes tribais para

combater os Talibãs, que continuam ativos. A lealdade destes chefes é duvidosa, e as tropas da Aliança do Norte permanecem sob certa influência russa. Além disso, a apreensão dos vizinhos iraquianos, pró ou contra os EUA, tem um peso maior que em relação ao Afeganistão (uma periferia sem petróleo).

Mas a questão central consiste no que fazer depois. Neste sentido, mais uma vez Washington procura agir pela linha de menor resistência, escolhendo o alvo mais fácil, no caso a Síria, país sem petróleo e encravado entre regimes pró-americanos (Turquia, Israel, Jordânia e, agora, Iraque). A Síria, aliada do Irã e próxima da França, controlava o regime libanês e é o único país a confrontar Israel (através do grupo xiita libanês Hezbollah), para não falar do contencioso das colinas de Golã, ocupadas pelo Estado hebreu. Em 2005 a Síria veio a se retirar do Líbano, depois de um acordo com a ONU. É preocupante que, devido ao descaso em relação ao Direito Internacional, o ônus da prova não cabe mais ao acusador. Assim, o presidente Bush acusou Damasco de possuir armas de destruição massiva, ter ajudado militarmente o regime iraquiano e estar dando refúgio aos líderes deste, sem levar em conta que eles são inimigos históricos e a Síria apoiou os EUA em 1991.

Em 2005 o movimento islâmico Hamas venceu as eleições palestinas, produzindo um acirramento do conflito com Israel, apesar dessa haver retirado as guarnições e desmantelado as colônias da faixa de Gaza. Logo em seguida o Hezbollah desencadeou ataques a Israel, que retaliou destruindo o sul do Líbano, mas sofrendo perdas significativas, com um navio e a parte norte de seu território sendo atingidos. O governo libanês, pró-ocidental, por sua vez, se encontra sob pressão dos grupos pró-síria, particularmente o Hezbollah. Na Cisjordânia segue a construção do Muro que separa as duas comunidades, com a incorporação de fato dos assentamentos dos colonos judeus. Além do processo de paz ter ficado estancado, iniciou-se um confronto armado entre o Hamas, partido do Primeiro Ministro, e o Fatah, partido do Presidente Abbas (apoiado pelo Ocidente e por Israel), que sucedeu o falecido Arafat.

O Oriente Médio é visto como uma região pivô e instável. Os EUA temem a formação de uma constelação eurasiática que, por seu peso econômico, militar e demográfico, torne a América uma periferia envelhecida dentro do sistema mundial. Os pólos emergentes tendem a construir um sistema mundial multipolar, com equilíbrios de poder de geometria variável, onde as organizações multilaterais como as Nações Unidas ganharão novo vigor, reformadas devido ao estabelecimento de uma nova correlação de forças. A intervenção no sul da Eurásia, com o objetivo geopolítico de obstaculizar a formação de um mega-espaco econômico, desarticular os *impérios continentais* que ressurgem e de controlar as fontes produtoras de petróleo, constituem um alvo dificilmente alcançável para a *potência marítima* americana.

Muitos vêem nas ações político-militares unilaterais da administração Bush uma retomada do poder americano, configurando uma nova hegemonia “unipolar” para o século XXI, que, como o anterior, seria novamente americano. Ou então um caos geral, com o mundo mergulhando numa espécie de Guerra dos Cem Anos de caráter religioso (ou civilizacional). Na verdade trata-se de uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, regulado pela ONU, num quadro de equilíbrio de poder entre EUA/ NAFTA, União Européia, Rússia/ CEI, Japão/ Tigres Asiáticos, China, Índia/ SAARC, Irã, África do Sul/ SADC e Brasil/ Mercosul/ América do Sul, como assinalou o politólogo brasileiro Hélio Jaguaribe. Os blocos econômicos constituem o principal resultado da globalização, e estão se tornando blocos político-econômicos.